



**INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS SÃO SEBASTIÃO CURSO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DE
CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

AUTOR(A): PASSOS, Dagylla Ohana Bezerra ¹

ORIENTADOR(A): ROCHA, Deise Ramos

BRASÍLIA/2023

RESUMO

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia IFB/ SÃO Sebastião. E-mail: dagylla.passos@gmail.com

As crianças com o transtorno do espectro autista, precisam de um acompanhamento adequado em sala de aula. Pensando nisso, e entendendo a importância de que o professor que trabalha com educação especial seja um profissional qualificado, dono de um saber reconhecido socialmente e competente, o objetivo do presente estudo foi compreender como é feita a formação inicial e continuada dos professores para lidar com crianças com transtorno do espectro autista. A pesquisa é um estudo de caso que foi realizado a partir de uma entrevista com dois professores que têm mais de 25 anos de profissão. A partir dos resultados dessa pesquisa, pôde-se refletir que, para que essa inclusão seja efetiva, é preciso que a criança passe por uma boa avaliação pedagógica e psicopedagógica feita por uma equipe especializada e multidisciplinar, para o professor ter uma noção do seu repertório de aprendizagem, considerando que é imprescindível a construção de um plano educacional individualizado e que a escola promova as adaptações curriculares para que ela tenha proximidade do conteúdo oferecido no dia a dia. Quando essa criança passa por essa avaliação, o professor já sabe quais habilidades essa criança já possui e quais ela ainda precisa desenvolver. Com isso o professor pode desenvolver a função de mediador, facilitador e articulador no processo educativo desse estudante.

Palavras-chave: Autismo, Inclusão, Formação de Professores.

Abstract

Children with autism spectrum disorder often do not receive the necessary support in the classroom. With this in mind, and understanding the importance of a teacher who works with special education to be a qualified professional, owner of socially recognized and competent knowledge, the objective of the present study was to understand how the initial and continuing training of teachers is carried out to deal with children with autism spectrum disorder. The research was carried out from an interview with two teachers who have, on average, 25 years of experience. Based on the results of this research, it was possible to reflect that, for this inclusion to be effective, it is necessary for the child to undergo a good pedagogical and psychopedagogical evaluation, so that the teacher has an idea of his/her learning repertoire, considering that it is essential the construction of an individualized educational plan and that the school promotes curricular adaptations so that it is close to the content offered on a daily basis. When this child undergoes this assessment, the teacher already knows what skills this child already has and which he still needs to develop.

Keywords: Autism, Inclusion, Teacher Training.

1.APRESENTAÇÃO

Como psicóloga e estudante do curso de pedagogia, o tema do presente trabalho tem me chamado atenção por perceber o quanto as crianças com o transtorno do espectro autista precisam receber acompanhamento adequado em sala de aula. É perceptível, também, que as parcerias entre diversos profissionais são essenciais. Sem essa parceria, dificilmente a inclusão seria atingida, afinal, sabemos que um procedimento aplicado somente em um contexto, e por algumas pessoas que lidam com a criança, não é capaz de mudar o comportamento alvo definitivamente - pode mudar apenas no contexto e frente às pessoas que aplicaram o procedimento, o que não resolve o problema.

A literatura tem demonstrado que a falta de preparo das escolas e professores para atender a demanda da inclusão tem sido um tema relevante quando pensamos em crianças com autismo (Kristen,2003). Para que se tenha a inclusão, é preciso que a escola esteja totalmente preparada para receber o aluno com o transtorno do espectro autista, e não este que terá que se adequar e se adaptar ao ambiente escolar.

Quando pensamos em "educação inclusiva", quase não lembramos que ela vem se construindo historicamente e acompanhando os progressos não só da medicina, biologia e psicologia, mas também da pedagogia.

Fonseca (1995) acredita que é preciso preparar todos os professores, com urgência, para se obter sucesso na inclusão, através de um processo de inserção progressiva; assim eles poderão aceitar e relacionar-se com seus diferentes alunos e, conseqüentemente, com suas diferenças e necessidades individuais.

O professor também precisa adaptar o material escolar para garantir a inclusão do aluno autista, trazendo para a sala de aula recursos que despertem o interesse e facilitem o aprendizado dessa criança. Segundo KUBBASK (2015), é importante que o professor do aluno autista estabeleça uma rotina, já que a criança, dentro do espectro autista, tem dificuldade de fazer planejamento e de tomar iniciativa. Dificilmente esse aluno vai iniciar alguma atividade, por isso, como ela precisa de uma segurança, ela tende a rotina, então é necessário que o professor fale o que ela precisa fazer e o que vai acontecer para dar segurança para essa criança.

Segundo BARBOSA (2018), para garantir a aprendizagem do aluno com o transtorno do espectro autista, também é importante o fortalecimento da formação dos professores e a criação de uma boa rede de apoio entre os alunos, família, professores e gestores escolares. Nesse espaço de inclusão, não podemos esquecer dos outros alunos, pois eles também se beneficiam ao aprenderem como interagir e ajudar, o que acaba desenvolvendo a cidadania de todos que estão experimentando a inclusão, por terem colegas autistas. Porém, ainda precisamos vencer várias barreiras atitudinais e ensinar essas crianças a conviverem com as diferenças. Esse é o melhor exercício de cidadania.

O **objetivo geral** desta pesquisa foi compreender como ocorre a formação inicial e continuada dos professores de crianças com o transtorno do espectro autista.

Para isso, foram definidos **objetivos específicos**:

Pesquisar documentos legais que fundamentam a formação inicial e continuada dos professores das escolas públicas e particulares;

Investigar as orientações legais no que concerne à formação continuada de profissionais que atuam com alunos com TEA;

Identificar elementos e fatores necessário da formação inicial e continuada de professores para atuação com crianças com transtorno do espectro autista;

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ENTENDENDO O TEA

O autismo é classificado pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) como um transtorno de neurodesenvolvimento, que se caracteriza pelo Déficit na reciprocidade sócio emocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais; déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal; déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares.

Segundo Henriques (2007), a criança com autismo pode ter prejuízo nas áreas da sociabilidade e relação com as pessoas, comunicação e linguagem e flexibilidade mental e comportamental. Podemos resumir isso em três palavras: comunicação, interação e repetição, a criança autista tem dificuldade em se relacionar com outros indivíduos, mantém-se distante, evita o contato visual, demonstra falta de interesse pelas pessoas, repetição involuntária de palavras ou frases que ouviu.

A partir da década de 1980 em diante o transtorno do espectro autista passou a ser compreendido não como um transtorno da ordem psíquica, mas como um transtorno do desenvolvimento. Ou seja, uma maneira específica que esse indivíduo em desenvolvimento diante de uma determinadas limitações e dificuldades. O transtorno do espectro autista é considerado, então, o resultado dessa interação dos aspectos psicológicos e dos aspectos neurológicos. (SIBEMBERG 1998).

A ideia do espectro é interessante para pensar o autismo porque ela passa a ideia de variedade muito ampla de manifestação, que é desde aquela criança que

tem o comprometimento cognitivo maior, uma grande dificuldade de se comunicar, que ficam presas em movimentos repetitivos, até aquelas que têm o desenvolvimento cognitivo muito bom acima da média, que ainda que tenha aquelas áreas de dificuldades, da sociabilidade da comunicação e da falta de flexibilidade consegue se comunicar e mesmo que com algumas restrições ter algumas relações sociais mais facilmente. Então, a ideia é que todas essas pessoas estão dentro das características básicas para o diagnóstico, porém, se manifestam de diferentes formas, o que torna cada caso único (SILVA,2012,p.42). A avaliação diagnóstica de crianças com suspeita de autismo deve compreender uma atenção para os comportamentos que acabam desviando em comparação com os que são presentes no curso próprio do desenvolvimento infantil, especialmente nas dimensões de orientação e comunicação social. É importante que essa avaliação seja feita por profissionais que tenham conhecimento a respeito do desenvolvimento infantil típico, para que não se torne apenas uma checagem da presença ou ausência de sintomas (GORLA; ARAÚJO; RODRIGUES, 2009; ROSA NETO, 2002).

Flores e Smeha (2013) e Rabello, Lopes, Lacanna e Alencar (2009) refletem sobre a difícil tarefa de diagnosticar precocemente e seu risco, alegando que os profissionais apresentam pouca capacitação para essa ação.

O diagnóstico durante os anos pré-escolares é ainda muito raro, apesar das afirmações de que a intervenção precoce é o melhor procedimento para o desenvolvimento da criança. Isso se deve, em parte, à falta de conhecimento sobre o desenvolvimento normal de uma criança, em particular na área da comunicação não-verbal, sendo o prejuízo nas habilidades de atenção compartilhada (e.g. gestos e comentários espontâneos com o intuito de compartilhar curiosidade sobre os eventos ao redor) o marcador mais significativo. A situação mais comum é que as preocupações dos pais e dos profissionais recaem mais no atraso na fala da criança do que nos aspectos sociais do comportamento.

3. INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

A inclusão não acontece de forma rápida. Para incluir é preciso trabalho em equipe, pensar no bem-estar de todos, ter um relacionamento entre escola e família

onde um ampara o outro, relação entre aluno e professor, preparação da escola e dos alunos e também da sociedade, fazendo assim uma equipe que inclua os alunos com deficiência e não apenas o insira sem pensar na aprendizagem (BARBOSA, 2018).

A educação inclusiva ganhou importância no governo federal em 2008, depois do Brasil assinar a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Segundo o Plano Nacional de Educação LEl N°13.005, de Junho de 2014 na sua meta 4 é, universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso a educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

“A Educação inclusiva é caracterizada como uma política social que se refere a alunos com necessidades educacionais especiais, tomando-se o conceito mais amplo, que é o da Declaração de Salamanca, UNESCO (2003, p.17-18):”

Segundo Brito (2015, p.83)” Para conseguirmos uma educação inclusiva de qualidade é importante destacar que somente o acolhimento não é o suficiente, porque o aluno com necessidades educacionais especiais precisa de um acompanhamento especializado. Este é o maior desafio na educação inclusiva no Brasil, são poucos profissionais da educação que são capacitados a proporcionar condições efetivas no processo de ensino e aprendizagem para estes alunos com necessidades educacionais especiais.”

Outro grande desafio para a educação inclusiva são os aspectos físicos das escolas. Várias escolas brasileiras não têm estrutura para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, seja por falta de rampas, elevadores ou banheiros adaptados. O primeiro passo para inclusão é deixar de excluir estes alunos.

Um aluno que não consegue se locomover dentro do ambiente escolar está sendo automaticamente excluído. A educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças no mesmo contexto escolar. Isso não significa negar a dificuldade

do aluno, nesse contexto essas dificuldades não são vistas como problema e sim como diversidade. Porém, não é isto que é visto na realidade. Por isso, torna-se importante que alunos de Pedagogia e das demais licenciaturas e todos os outros profissionais que terão contato com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, recebam, no momento da sua formação, um preparo para orientar esses alunos. Os professores enfrentam dificuldades não só em transmitir para esses alunos as disciplinas específicas em suas áreas de formação, mas falta também o próprio conhecimento como, por exemplo: “para lidar com a língua brasileira de sinais (libras) e com a presença de intérpretes em suas aulas” (BAIRRÃO, 1998). Sendo assim, a educação inclusiva no Brasil precisa ser aprimorada, capacitando professores, construindo escolas com fácil acesso por todos os estudantes. Garantindo o direito previsto em lei, as práticas educacionais devem promover a inclusão de alunos com diversos tipos de deficiências (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla) com transtorno global de deficiência e com altas habilidades. Dispondo de recursos para atender à diversidade de seus alunos, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem (SANCHES, 2001). O papel do professor é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir seguro e capaz de realizá-las. É assim que o professor escolhe procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos (SANCHES, 2006).

Todos os estudantes são diferentes, e suas necessidades requerem apoio e recursos diferenciados. Quando conhecemos as características de determinadas deficiências, reconhecemos suas restrições. Por outro lado, se identificarmos as competências, encontraremos alternativas de ensino e condições favoráveis à participação (Bosa, 2002). A forma de planejamento e organização das estratégias para aprendizagem podem variar de acordo com a forma de ensinar do professor. É preciso flexibilidade na abordagem do conteúdo “Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola,

respeitada a frequência obrigatória”. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 1996).

Deverá considerar também tempo e estratégias para conhecer seus alunos. A produção de conhecimento acontece em ritmo acelerado, com isso, há necessidade constante de atualização por parte dos profissionais. Educar na diversidade exige um direcionamento para o estudo de práticas pedagógicas que valorizem a diferença e a diversidade na sala de aula (SUPLINO,2005). Uma alternativa para a atualização profissional é a implementação de espaços de discussão em que se valorize a observação. Profissionais da educação especial podem complementar essa formação participando de reuniões e encontros na própria unidade.

Promover a inclusão significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica em quebra de paradigmas, em reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades (SUPLINO,2005).

Deve-se levar em consideração que os agentes educativos envolvidos neste processo são a escola, a família e a comunidade, não podendo esquecer que o processo educativo aqui também possui o sentido de processo de tratamento, sendo considerado crucial para o desenvolvimento destas crianças (Correia, 1997).

4. A INCLUSÃO DE ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

“O Transtorno Autista é uma condição classificada no DSM-5 O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.^a edição ou DSM-5 é um manual diagnóstico e estatístico feito pela Associação Americana de Psiquiatria para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais. Como pertencente à categoria denominada Transtornos de Neurodesenvolvimento, recebendo o nome de Transtornos do Espectro Autista (TEA). Assim, o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico, que deve estar presente desde a infância,

apresentando déficits nas dimensões sócio comunicativa e comportamental (APA, 2014)".

De acordo com a Lei De Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96) no Art. 59. Inciso I "currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades". Sendo assim podendo realizar algumas adaptações curriculares dependendo da necessidade que cada aluno autista apresenta, incluindo atividades que facilitam a interação com os outros alunos da sala.

A lei nº12.764/2012, essa lei fala que a escola deve sim receber essa criança e que essa escola deve dar todo o suporte, com professor como mediador, que essa escola precisa estar preparada para receber essa criança.

Do ponto de vista do desenvolvimento, a inclusão é extremamente benéfica, porque a escola é um ambiente muito estimulante para qualquer criança, principalmente para aquelas que têm dificuldades relacionadas com o espectro do autismo. É importante a gente pensar também não apenas na quantidade de estímulos, mas na qualidade desses estímulos. Não basta apenas que a criança fique diante de estímulos isolados ou que não seja possível construir significado entre eles, mas estar dentro de conjuntos de relações que é justamente o que a escola oferece para os alunos: sociabilidade, desafios e tarefas, com a possibilidade de fazer relações de construir do ponto de vista cognitivo compreensões mais abstratas sobre aquilo que eles estão vivenciando (BARBOSA, 2018).

A educação de crianças com autismo na escola pública tem sofrido nos últimos anos um crescente aumento, não só derivado à mudança de mentalidade por parte da sociedade, como também dos próprios pais que desejam que os seus filhos obtenham as melhores condições possíveis (MENDES,2010).

Contudo, um entrave interpõe-se entre estas crianças e a sua integração nas escolas, nomeadamente a falta de pessoal especializado no ensino destas crianças. Apesar das melhorias decorridas, em particular nesta última década, ainda se constata que existem certas limitações .(Höher Camargo e Bosa, 2012).

É importante esse ambiente escolar inclusivo para a criança porque nele há várias crianças que vão conversar, alguns vão desafiar e acabam servindo de

modelo e exemplo de fala ou outros comportamentos para essa criança com autismo, que também vai ter como todas as crianças a necessidade de interagir com os outros e de participar desse grupo. Essa necessidade vai ser construída justamente por essa convivência. Se a criança ficar isolada, de fato, ela não vai desenvolver a necessidade de interagir e participar (BARBOSA,2018).

Quando acontece a inclusão, as crianças com autismo começam a ir mais cedo para a escola e começam a desenvolver capacidades que até então não eram registradas. É importante que a criança participe de contextos diversificados, justamente para favorecer o seu desenvolvimento (OLIVEIRA,2005).

E a escola não é um ambiente previsível e estático, é um ambiente diverso, onde a criança pode se surpreender e para a criança com autismo lidar com isso, também é muito importante para que ela consiga experimentar maior flexibilidade nas suas ações. Com isso, ela vai desafiando suas estereotípias. Isso resulta em crianças muito mais competentes e interativas no ambiente escolar (BARBOSA,2018).

Uma ideia que é significativa no processo de inclusão dessas crianças,além da formação do professor, é a sensibilização de toda a escola, sensibilizar não só os professores, mas também as pessoas que cuidam da limpeza da escola, alimentação, secretária,enfim,toda a comunidade escolar. Todos precisam compreender o que é o autismo, como ele se manifesta, como aquela criança se porta em determinada situação. Isso é muito importante porque a escola deve servir também como um ambiente de diminuição do preconceito que possa surgir. É preciso envolver todos da escola para que possam tirar proveito dessa inclusão, a família, escola e a criança.

As formas de interação entre o professor e a criança com autismo, numa perspectiva histórico-cultural, não podem ser desvinculadas da dimensão afetiva que suscita o pensamento e a ação deles, inserindo-os no universo dos desejos, das necessidades e das vontades (OLIVEIRA, 2005).

5. A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO PROFESSOR

Conforme cita Saviani (2009), no século XVII a necessidade de uma formação docente já havia sido destacada por Comenius, e, assim, surge, criado por João Batista, o primeiro estabelecimento de ensino voltado para a formação docente. A partir deste marco a história evolutiva mundial, das instituições de formação, se configura por um desenvolvimento expressivo na busca de um modelo significativo, ano após ano.

No Brasil períodos, ensaios intermitentes, escolas normais e institutos de formação de professores se fizeram presentes desde o ano de 1827, na busca da melhor configuração.

Ainda segundo Saviani (2009), a formação de professores, desde os tempos áureos, e até os dias de hoje, se configura em uma grande preocupação para todos os envolvidos no processo educacional, pois questionamentos se fazem quanto às políticas públicas, bem como, quanto aos recursos destinados à educação. Se faz necessária a observância no que tange a associação da formação dos professores com as condições de trabalho impostas a estes. A gestão pública precisa atrelar o discurso com a prática, pois hoje o discurso imperante se distancia das decisões políticas, que se pautam pelo corte de recursos. As políticas precisam convergir para uma educação expressiva e de qualidade e para isto a formação é parte imprescindível.

A formação inicial, como o próprio termo aponta é o começo de uma nova profissão é a capacitação principal de um docente. Para Rinaldi e Cardoso (2012, p.1), “ pensar a formação inicial de professores na atualidade se configura um grande desafio que tem sido objeto de múltiplas análises que indicam as inúmeras lacunas e severos problemas associados ao modo como essa formação é concretizada.”

A questão levantada é sobre a importância de uma formação significativa e coerente para o professor, pois este precisa atuar em uma sala de aula com proficiência e sabedoria. A formação inicial oferece ao professor a práxis pedagógica necessária para uma excelente atuação em sala de aula. Conforme Castro (2009) o professor é um mediador, uma pessoa que proporciona voz aos alunos, que estimula a curiosidade, o estudo e o conhecimento. Nenhuma sociedade evolui sem eles.

Nos últimos anos, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que delineou as especificidades do professor, a formação inicial foi destacada como fator indissociável de uma educação qualitativa. O termo formação continuada, também, é contemplado, nesta referida Lei, como exigência, pois o professor necessita estar se capacitando constantemente.

A formação inicial se realiza em nível superior e em cursos de licenciatura e constituem os princípios, os fundamentos e os procedimentos para organizar a instituição e o currículo de cada escola, que se aplica à educação básica. O professor deveria ser preparado para a docência, visando a aprendizagem do aluno, o acolhimento e o trato da diversidade, o aprimoramento em práticas investigativas, o desenvolvimento de hábitos de colaboração e trabalho em equipe. Seria importante que o professor estivesse preparado para o ensino que vise a aprendizagem do seu aluno (PLETSCH, 2010).

É esperado que haja coerência entre a formação oferecida e a prática que o professor utilizará em sala de aula, que esse professor seja pesquisador, uma vez que ensinar requer, tanto a disposição de conhecimento e a mobilização deles para a ação e compreensão do processo da construção do conhecimento (CASTRO 2009). O professor que começa a pesquisar a partir do desafio que encara durante sua prática começa a buscar alternativas, buscar conhecimento para dar conta das situações encontradas em sala de aula.

Espera-se que o projeto pedagógico de cada curso deve levar em conta que a formação deverá garantir a constituição das competências, objetivado na educação básica, ou seja, o que se deseja de conhecimento na educação básica deveria ser pensado em uma formação que garanta esse conhecimento seja alcançado (PLETSCH, 2010). O desenvolvimento das competências do professor deveria contemplar diferentes âmbitos do conhecimento profissional. O professor precisaria ter uma formação bem integrada e um conhecimento além daquilo que ele vai ensinar em sala de aula. Por isso é importante falarmos sobre a formação desses profissionais. A nossa sociedade poderá ter alguma mudança quando começarmos a pensar a formação do professor enquanto construtor do conhecimento, aquele profissional que colabora na construção da cidadania e colabora para a melhoria da sociedade.

Neste sentido, surge, como destaque a formação continuada que é um termo muito utilizado nos dias de hoje, mas já remonta desde o ano de 1996 com a promulgação da LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Após a implementação da referida Lei o MEC-INEP, no ano de 2004, constituiu uma rede para a valorização da educação básica, bem como, dos profissionais que nela atuam. Assim, esta rede foi denominada Rede Nacional de Formação Continuada de Professores. Vale destacar, que o conceito de formação continuada é indissociável do conceito de formação inicial, pois conforme Libâneo (2004, p.227) “ O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial.

Conforme Gisi e Eynng (2006) a formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios e a formação continuada é compreendida por ser uma formação que será ao longo de toda a vida profissional, conhecimento, prática e aprendizagem adquirida após a formação inicial- adquirida no curso de graduação- a formação continuada ocorre de forma contínua, em vários ambientes e se caracteriza pela oferta de cursos, palestras, pesquisas, estudos, seminários, e outros.

A formação continuada, tema relevante, necessita de atenção especial no que concerne aos professores do ensino especial, pois “parece-nos que estamos diante de um grande desafio, considerando que não há consenso-dentro da própria área- em relação à formação apropriada de professores para escolarizar satisfatoriamente a população identificada historicamente como da educação especial. “(KASSAR, 2014, P. 222).

5.1 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR

Os cursos de formação de professores têm se preocupado em garantir, na matriz curricular, um espaço para a aquisição de conhecimentos das especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como, dos processos de ensino e de aprendizagem desses alunos (CASTRO 2009).

O movimento de educação inclusiva vem se fortalecendo no Brasil a partir da década de 1990. Consequentemente, o Brasil tem, nas últimas décadas, definido políticas, organizado instrumentos legais e elaborado diretrizes para garantir sua

organização. Dentre elas, cabe considerar a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001a), a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2001b), as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001c), Lei nº 10.436 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2002), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), dentre outras.

De acordo com Bosa (2006), o planejamento do atendimento à criança com autismo deve ser estruturado de acordo com o desenvolvimento dela. Por exemplo, em crianças pequenas, as prioridades devem ser a fala, a interação social/linguagem e a educação, entre outros, que podem ser considerados ferramentas importantes para promoção da inclusão da criança com autismo.

Além disso, como afirma Kupfer (2004), deve-se promover uma mudança na representação social sobre a criança com autismo, sendo importante que a escola e o professor baseiam sua prática a partir da compreensão dos diferentes aspectos relacionados a este tipo de transtorno, além de suas características e das consequências para o desenvolvimento infantil.

Por meio desse estudo compreendi que o papel do professor na inclusão é determinante. É importante que o professor tenha um posicionamento claro daquilo que ele vai fazer, não deixando que um profissional de outra área tome para si o seu trabalho. Claro que os outros profissionais têm sua importância, já que vão contribuir para o processo educativo desse aluno (MENDES, 2010).

Diante disso, tem-se observado a demanda para as atividades diagnósticas e a orientação para o atendimento educacional especializado a alunos com o transtorno do espectro autista que parece aumentar cada vez mais. Diante da necessidade de orientação para o trabalho educacional no contexto inclusivo aumentado pelas políticas de atendimento educacional especial nas escolas regulares.

É importante que o professor tome para si a responsabilidade daquele aluno e se coloque a caminho nessa construção que é o processo de inclusão. Então, para isso, o professor deveria buscar conhecimento, aprimorar a sua formação, seja

através de cursos, livros, mas também através de conversa e partilha com outras pessoas que já passaram por essas situações. Quanto mais acontecer a troca de informações a gente vai construir uma história de sucesso na inclusão.

Quando o professor toma para si essa responsabilidade, ele vai procurar ser um profissional cada vez melhor. Deveria adequar aquilo que já é do conhecimento do professor para aquilo que a criança precisa, o que ele precisa fazer para atingir aquela criança. O professor conhece o seu aluno vendo dentro daquilo que ele é capaz de produzir, como ele pode fazer para estimular aquele aluno.

7.METODOLOGIA

Os participantes desse estudo foram dois professores que atuam nas salas de recursos, em 2 (duas) escolas de nível Infantil e Fundamental no DF, na região administrativa de Ceilândia, tratando-se, assim, de um estudo de caso, Para Goode e Hatt, o estudo de caso é um meio de organizar os dados, preservando do objeto estudado o seu caráter unitário. Considera a unidade como um todo, incluindo o seu desenvolvimento (pessoa, família, conjunto de relações ou processos etc.).

Escola Classe 29 de Ceilândia

Instalação de ensino

- 10 salas de aula cada uma com 1 ventilador;
- 01 laboratório de informática com 15 computadores, todos com acesso à internet da rede PROINFO/MEC, dividido por armários onde dispomos os livros didáticos e alguns jogos pedagógicos, fantoches, mapas geográficos e globo;
- 01 cantina com depósito conjugado para o armazenamento dos gêneros alimentícios;
- 01 depósito para armazenar materiais de limpeza;
- 01 depósito para arquivos do passivo e patrimônios em desuso ou obsoleto; · 01 sala tripartida para a equipe de apoio (SOE, SALA DE RECURSOS e SEAA), com armários, mesas, alguns jogos/brinquedos e materiais pedagógicos;

- 01 sala para servidores, para recesso entre as atividades;
- 01 banheiro masculino para alunos);
- 01 banheiro feminino para alunos);
- 01 banheiro masculino destinado a educação infantil;
- 01 banheiro feminino , destinado a educação infantil;
- 01 banheiro para alunos destinado a portadores de necessidades especiais
- 02 banheiros para os servidores;

Centro de Ensino Fundamental 10 de Ceilândia

Instalação de ensino

- 14 salas de aulas
- Sala de diretoria
- Sala de professores
- Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- Quadra de esportes coberta
- Cozinha
- Biblioteca
- Sala de leitura
- Banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
- Sala de secretaria
- Auditório
- Pátio coberto

- As escolas Classe 29 de Ceilândia e Centro de Ensino Fundamental 10 de Ceilândia buscam garantir o acesso ao currículo e a operacionalização da

progressão curricular generalista/específica. Cada estudante independentemente de sua etnia, gênero, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação, tem direito ao acesso, permanência na unidade escolar e uma aprendizagem significativa.

- Professora Ana, formada em Pedagogia e Licenciatura em Música, atua há 28 anos como docente. Entrou na SEDF-Secretaria de Educação do DF com o curso técnico de magistério e concluindo, anos depois, o curso de pedagogia. Para atuar na área da inclusão, fez o curso de atendimento educacional especializado - curso oferecido pela SEDF, Coordenação Regional de Ensino da Ceilândia, DF.
- Professor José, formado em Engenharia, Música, Licenciatura em História, músico terapeuta e Psicanalista. Atua há 30 anos como docente. Para atuar na área da inclusão, ele relata já ter feito alguns cursos, mas não menciona quais foram.

8. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao serem questionados sobre o que compreendem por inclusão escolar, os dois professores demonstram concordar que a inclusão deva acontecer para além da aprendizagem acadêmica, mas também entendem como importante a socialização dos alunos. Porém, José complementa que a inclusão “permite que os alunos do ensino regular cresçam como seres humanos mais completos e diminuam os preconceitos e as discriminações”. Ou seja, a inclusão acaba sendo um benefício não só para os alunos com TEA, mas também para toda a comunidade escolar.

As maiores dificuldades encontradas pelos professores entrevistados, em sua prática pedagógica inclusiva, estão relacionadas à dificuldade da família em compreender o transtorno do espectro autista e as potencialidades dos seus filhos; a falta de conhecimento dos professores com relação aos comportamentos típicos do espectro; a falta de flexibilidade da escola com relação à rotina escolar, o que faz com que precisem abandonar a aprendizagem lúdica; assim como o não

cumprimento do direito do aluno a um acompanhante durante o processo acadêmico.

Os professores entrevistados apontam que as escolas têm ajudado no processo de inclusão, através de espaços de discussão e formação, que ocorrem durante a coordenação coletiva e que tal fato tem propiciado ao corpo docente expor suas dúvidas e ansiedades.

Ao falar sobre a contribuição da família para o processo de inclusão, os professores dizem que nem sempre a família contribui. Afirmam que os pais não conhecem seus direitos, mas com o passar do tempo e conversando com especialistas, a contribuição passa a ser maior.

Os dois professores relatam que receberam orientações para trabalhar com alunos com TEA. Foi mencionado o curso de atendimento educacional especializado, que trata sobre todas as deficiências, e sobre a formação continuada, ofertada pela Coordenação Regional de Ensino da Ceilândia - DF.

As práticas adotadas pelos professores para que aconteça o processo de inclusão dos seus alunos são jogos e artes. Na arte, são utilizadas as linguagens que norteiam cada uma delas; na música, são utilizados seus elementos fundamentais: melodia, harmonia e ritmo. Na dança, é trabalhado o contato corporal. Já nas artes cênicas, o poder da palavra. O esporte também entra como facilitador desse processo para que os alunos tenham o desenvolvimento físico.

Os professores dizem que, com suas experiências com alunos com TEA, eles perceberam que eles têm aprendido mais do que ensinado. Os estudantes não se compreendem como incapazes, pois todos os dias mostram-se ansiosos por aprender e superam seus próprios limites.

Ao serem questionados se a graduação os preparou para atuar com a inclusão, os dois dizem que não. A discussão sobre a inclusão na graduação mostra-se insuficiente para preparar para regência diária.

Os professores relataram que é importante que a criança passe por uma avaliação pedagógica, para que a escola promova as adaptações curriculares para que ela tenha proximidade do conteúdo oferecido no dia a dia.

Ao serem questionados sobre suas expectativas na época em que se formaram, eles dizem que era ter ferramentas para ajudar os alunos na sua formação.

Os dois professores relataram que compreendem que a inclusão escolar diz respeito à forma como a escola acolhe a todos, proporcionando as melhores oportunidades de aprendizagem acadêmicas e sociais.

Ao serem questionados sobre o que entendem por transtorno do espectro autista os professores relatam que compreendem como alterações nas áreas de comunicação e social, podendo apresentar graus diferentes em cada área.

As atitudes dos alunos com TEA que mais chamam a atenção dos professores é a dificuldade na interação social, o esforço para compreenderem os hábitos sociais, mas que nem sempre é óbvio para eles.

Para esses professores as dificuldades que eles encontram na escola para trabalhar a inclusão dos alunos autistas, no ensino regular, são os pais que não compreendem as potencialidades dos seus filhos e não possuem o conhecimento em relação ao tema. Outro fator de dificuldade é a rigidez da rotina escolar que abandona o lúdico no processo pedagógico.

Os professores abordaram que nem sempre a família contribui para que a inclusão aconteça, pois os pais não conhecem seus direitos e muitas vezes quando conhecem a insegurança se faz maior os impedindo de atuar.

Ao serem questionados se os colegas contribuem para que a inclusão aconteça eles dizem que sim, eles participam das atividades coletivamente.

Quando indagados se foram orientados para trabalhar com TEA, os dois professores disseram que fizeram o curso de atendimento educacional especializado que trata sobre todas as deficiências e que existe uma formação continuada oferecida pela Regional de Ensino de Ceilândia, DF.

Por meio desse estudo compreendi que a colaboração entre a escola e a família é essencial para criar um ambiente inclusivo e acolhedor. A participação ativa da família no processo educacional pode ter um impacto significativo no desempenho acadêmico e no bem estar emocional. Trabalhando juntas, a escola e a família podem criar um ambiente de apoio e respeito mútuo, onde cada aluno se sinta valorizado e capaz de prosperar.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à formação dos professores nos últimos anos, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, percebemos a importância da formação continuada para o processo de inclusão de alunos com TEA.

Através desse estudo foi observado que, durante a graduação, os professores não recebem orientações de como trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista e que a discussão sobre a inclusão é insuficiente, porém precisamos levar em consideração que os profissionais que participaram desse estudo se formaram há mais de 25 anos. De acordo com CASTRO 2009, os estudantes são da graduação e não se sentem preparados para a inclusão.

Para que essa inclusão seja efetiva, é preciso que a criança passe por uma avaliação pedagógica e psicopedagógica, para o professor ter uma noção do seu repertório de aprendizagem, considerando que é imprescindível a construção de um plano educacional individualizado, para que a escola promova as adaptações curriculares para que ela tenha proximidade do conteúdo oferecido no dia a dia. Quando essa criança passa por essa avaliação, o professor já sabe quais habilidades essa criança já possui e quais ela ainda precisa desenvolver .

Para que a inclusão aconteça, precisamos de apoio. Essa criança precisa receber atendimento desde os dois anos e meio, três anos de idade, para que seja identificado desde cedo o autismo, assim facilitando o processo de aprendizagem desse aluno, as crianças com o diagnóstico tardio apresentam maior dificuldade e precisam de um tutor para ajudá-lo.

Como a maioria das crianças com autismo têm dificuldade na interação, o professor que trabalha com essas crianças precisa trabalhar dando mais ferramentas sociais para a criança, ensinando a criança a jogar alguns jogos,

ensinando a criança a desenvolver o diálogo. Mas sempre tendo a noção que isso é com o decorrer do tempo, a criança precisa do estímulo diariamente.

Como recomendação para futuros estudos, seria interessante que fosse abordada a relação da família no contexto da inclusão desse aluno com TEA. O processo de adaptação pede que os pais deem profunda atenção aos problemas que afetam as crianças. Outro ponto importante é levar a criança, aos poucos, para que ela possa se ambientar com o local. Observando a reação e tentando perceber o que ele não gosta.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

BAIRRÃO, Joaquim et al. **Os alunos com necessidades educativas especiais: subsídios para o sistema de educação**. 1998.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA, Cleonice. **Autismo e educação-reflexões e propostas de intervenção**. Artmed Editora, 2002.

BARBOSA, Marily Oliveira. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 299-310, 2018.

BRASIL, Lei. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. **Diário**, 1996.

BRITO, E. R. A inclusão do autista na Educação infantil: um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop – Mato Grosso. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.6, n.2, ed.15, p. 82-91, 2015. Disponível em:;. Acesso em: 26 mar. 2018.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, p. 315-324, 2012.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado et al. Formação do educador no curso de pedagogia: a educação especial. **Cadernos Cedes**, 1998.

DE CASTRO, Ruth Cabral Monteiro. Vozes no silêncio: um grupo de formação crítico-reflexiva de professoras de alunos com autismo. **Psicologia da Educação**, n. 21, 2005.

DE MATTOS, Laura Kemp; NUERNBERG, Adriano Henrique. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnósticos de autismo na Educação Infantil. **Revista Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 129-141, 2011.

FARIAS, Iara Maria de; MARANHÃO, Renata Veloso de Albuquerque; CUNHA, Ana Cristina Barros da. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação

inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada. **Revista brasileira de educação especial**, v. 14, n. 3, 2008.

FERREIRA, Renata de Souza Capobiango. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. **A Neurociência e a Educação: Como nosso cérebro aprende?**, p. 28.

FLORES, Mariana Rodrigues; SMEHA, Luciane Najjar. Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 16, p. 141-157, 2013.

FONSECA, Vitor da. Educação especial: programa de estimulação precoce 2. ed. revista e aumentada. 1995.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de educação**, v. 13, n. 37, 2008.

GOODE, William Josiah; HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1979

GORLA, José Irineu (Ed.). **Educação Física Adaptada: o passo a passo da avaliação**. Phorte Editora LTDA, 2009.

HENRIQUES, BRUNA D'ALINCOURT CARVALHO. AUTISMO E NEURODIVERSIDADE: INCLUSÃO DAS DIFERENÇAS. **ANAIS VII CONINTER**, p. 95.

KUBASKI, C. Investigando a Qualidade da Inclusão de Alunos com Autismo nos Anos Iniciais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 37, 2015, Florianópolis/SC. Anais Floianópolis/SC.: ANPEd. 2015.

MENDES, E. G. Histórico do movimento pela inclusão escolar. In: MENDES, E. G. (Org.). Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira &Martins, 2010.

PETERSEN, Circe; WAINER, Ricardo. **Terapias Cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes**. Artmed Editora, 2009.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Edur/UFRRJ, 2010.

ROBERTSON, Kristen; CHAMBERLAIN, Brandt; KASARI, Connie. Relações de professores de educação geral com alunos incluídos com autismo. **Journal of Autismo e distúrbios do desenvolvimento**, v. 33, n. 2, pág. 123-130, 2003.

RODRIGUES, Grazielle de Fátima Pinto. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Revista Acadêmica Conecta FASF**, v. 1, n. 2, 2017.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de educação**, v. 8, n. 8, 2006.

SERRA, Dayse Carla Genero. A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos. **Programa de pós-graduação em Educação. Centro de Ciências e Humanidades. Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, 2004.

SIBEMBERG, Nilson. Autismo e linguagem. **Escritos da criança**, v. 5, p. 60-72, 1998.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. Mundo singular. **Entenda o Autismo. Rio de Janeiro: Editora Fontana**, 2012.

SILVEIRA, Kelly Ambrosio; ENUMO, Sônia Regina Fiorim; ROSA, Edinete Maria. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. **Revista brasileira de educação especial**, v. 18, n. 4, p. 695-708, 2012.

SUPLINO, Maryse. Inclusão escolar de alunos com autismo. 2005.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016.

APÊNDICES



INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS SÃO SEBASTIÃO CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Qual é sua formação?
2. Há quanto você atua como docente?
3. Quais eram suas expectativas na época em que se formou?
4. O que você compreende sobre inclusão escolar?
5. O que você entende por autismo?
6. Quais as atitudes do seu aluno que mais chamam a sua atenção?
7. Qual tipo de suporte a escola disponibiliza para os professores para contribuir no processo de inclusão dos alunos?
8. Quais as dificuldades o docente encontra nesta unidade educacional para trabalhar a inclusão de um aluno autista no ensino regular?
9. A escola tem contribuído para que essa inclusão aconteça?

10. E a família tem contribuído para que essa inclusão aconteça?
11. E os colegas têm contribuído para que essa inclusão aconteça?
12. Você foi orientado de alguma forma para trabalhar com essa criança, ou recebeu algum tipo de formação específica em relação ao autismo?
13. Quais as práticas você adota dentro da sala de aula para o processo de inclusão dessa criança?
14. Relate alguma experiência ou anseio?
15. Você considera que a graduação te preparou para atuar com a inclusão

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) Professor (a),

Sou orientando (a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia , realizado por meio do Instituto Federal de Brasília campus São Sebastião estou realizando um estudo sobre, Formação inicial e continuada dos professores de crianças com TEA. Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada com análise de conteúdo à posteriori para obtenção dos dados qualitativos e quantitativos.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola.

Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como os áudios das entrevistas e a transcrição das mesmas, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone (61) 9-9279-7833 ou no endereço eletrônico dagylla_passos@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Estudante

Assinatura do Professor
Nome do professor

(E-mail opcional):
